

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2027

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC002363/2025  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 04/09/2025  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR050021/2025  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10263.203110/2025-51  
**DATA DO PROTOCOLO:** 03/09/2025

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LOGISTICA E DE TRANSPORTES DE CARGA E PASSAGEIROS DE ITAJAI E REGIAO, CNPJ n. 83.824.797/0001-79, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO JOSE DE BORBA;

E

DALFERR LOGISTICA LTDA, CNPJ n. 06.137.031/0001-75, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). CICERO HUMBERTO FERRARI;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2027 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Condutores de Veículos Automotores, Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários de CargasSecas, Inflamáveis, Líquidas e Gasosas; Derivados de Petróleo, Produtos Químicos, Inflamáveis Tóxicos ou Perigosos, Gás Liquefeitosde Petróleo Incluindo Álcool de Qualquer Espécie, na Forma Líquida ou Gasosa; Trabalhadores em Transportes Rodoviários dePassageiros Urbanos, Interurbano, Intermunicipal, Interestadual, Turismo, Alternativo e Similares, Tratoristas, Ajudantes eCarregadores de Veículos Rodoviários, Motorista de Empilhadeira, Trocadores de ônibus, Lavadores de Automóveis, Operadores deCaminhões Basculantes e de Empregados em Empresas de Depósitos de bebidas e Similares e Demais Profissionais DiferenciadosPrevistos no Segundo Grupo do Plano da CNTT**, com abrangência territorial em Balneário Camboriú/SC, Balneário Piçarras/SC, Bombinhas/SC, Camboriú/SC, Ilhota/SC, Itajaí/SC, Itapema/SC, Luiz Alves/SC, Navegantes/SC, Penha/SC e Porto Belo/SC.

### **Salários, Reajustes e Pagamento**

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

A empresa poderá fornecer 40% (quarenta por cento), no máximo, do salário nominal, a título de adiantamento, a todos seus empregados, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A empresa acordante não terá obrigatoriedade de antecipar 50% (cinquenta por cento) do valor do décimo terceiro salário do empregado por ocasião de suas férias anuais.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **Adicional Noturno**

#### **CLÁUSULA QUARTA - JORNADA NOTURNA**

A jornada noturna será acrescida do adicional de 20% (vinte por cento) sobre a jornada diurna.

##### **Outros Adicionais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DIÁRIAS DE PERNOITE E ALOJAMENTO**

A empresa fica isenta do pagamento das diárias de pernoite, quando o motorista estiver conduzindo veículo que possua sofá cama, considerados estes todas as camas originais do veículo, como suficiente para seu descanso.

##### **Prêmios**

#### **CLÁUSULA SEXTA - PRÊMIO**

A empresa poderá pagar aos motoristas prêmios da seguinte forma:

**PRÊMIOS** - Tendo em vista a natureza indenizatória o PRÊMIO / BONIFICAÇÃO previstos nesta cláusula, não integra a remuneração para qualquer efeito legal, não caracterizando natureza salarial, mesmo que adimplida com habitualidade, haja vista é uma condição reconhecidamente mais benéfica ao empregado. A política de renda variável da empresa se limita ao pagamento da premiação prevista nesta cláusula, cuja instituição substitui, em definitivo, qualquer outra política anteriormente praticada.

**1) PRÊMIO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (MÉDIA):** O valor deste prêmio será pago aos motoristas que conduzirem o veículo de modo que o consumo de combustível fique abaixo da média de consumo em relação ao tipo de caminhão, peso da carga e trajeto percorrido.

Período de apuração do dia 01 a 30 do mês, a DALFER desenvolveu uma tabela de EXTRA ECONOMIA que prioriza a segurança e previsibilidade, treinando todos os seus motoristas a conduta de uso da inércia e gravidade do seu veículo, conforme tabela abaixo.

**2) PRÊMIO VELOCIDADE:** O prêmio Velocidade será premiado considerando os fatores pelo cumprimento integral do Plano de Gerenciamento de Risco-PGR definido pela Seguradora pertinente ao transporte, que definirá a velocidade permitida pelo motorista nas vias públicas, respeitando a velocidade máxima de 80KM/Hora e o valor mensal da premiação será de R\$100,00, conforme tabela abaixo. Período de apuração do dia 01 a 30 do mês.

**3) PRÊMIO JORNADA DE TRABALHO:** Registrar correta e fidedignamente o controle de jornada, se à caneta em diário de bordo, com caligrafia legível, sem rasuras e devidamente assinado; cumprir a jornada de até 12 (doze) horas, respeitando-se o intervalo mínimo de 1 hora para descanso/refeição e de 11 (onze) horas entre uma jornada e outra, sendo facultado o seu fracionamento com os períodos de parada obrigatória, garantidos o mínimo de 08 (oito) horas, o motorista não poderá dirigir por mais de 5 horas e 30 minutos ininterruptas. O prêmio por Jornada de Trabalho será premiado o motorista no valor mensal de R\$100,00, conforme tabela abaixo, que no mês cumprir corretamente a Jornada de Trabalho. Período de apuração do dia 21 de um mês a 20 do outro mês.

**4) PRÊMIO ENTREGA DE MERCADORIA:** O prêmio por Entrega de Mercadoria será premiado o motorista no valor mensal de R\$100,00, conforme tabela abaixo, que no mês concluir o transporte sem danos à carga, ao veículo ou a terceiros e no prazo estabelecido, e chegar no destino com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência aos horários programados. Período de apuração do dia 01 a 30 do mês.

**5) PRÊMIO POR NÃO AVARIAS DO VEÍCULO:** O prêmio por Não Avarias será premiado o motorista no valor mensal de R\$100,00, conforme tabela abaixo, que no mês não apresentar avarias com o caminhão e os pneus. Período de apuração do dia 01 a 30 do mês.

**Conforme tabela demonstrativa anexa.**

**PREMIAÇÃO -  
MOTORISTAS**

	<b>TRUCK</b>	<b>BITRUCK</b>	<b>CARRETA</b>	<b>RODOTREM</b>
<b>1-MÉDIA</b>	400,00	600,00	700,00	885,00
<b>2-VELOCIDADE</b>	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>3-JORNADA DE</b>				
<b>TRAB.</b>	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>4- ENTREGA</b>	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>5-VEÍCULO</b>	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>800,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.100,00</b>	<b>1.285,00</b>

**MÉDIA**

<b>VEÍCULO</b>	<b>TRUCK</b>	<b>BITRUCK</b>	<b>CARRETA</b>	<b>RODOTREM</b>
A-MÉDIA MIN.	3,5	3,3	2,2	1,75

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - RESSARCIMENTO DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO**

A empresa acordante pagará diárias fixas de **95,00** (noventa e cinco reais) para os motoristas que permanecerem por mais de 24 (vinte e quatro) horas fora de sua residência sem a necessidade de comprovação através de NFs ou recibos. Esta verba não incidirá impostos e/ou encargos mesmo sem a devida comprovação com NFs e /ou recibos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A empresa acordante se obriga a pagar semanalmente, sempre às quartas-feiras, o equivalente das diárias referente ao período de segunda a domingo da semana anterior, sem a obrigação de adiantamento das mesmas e sem comprovação delas em documentos hábeis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Quando a viagem for realizada em dupla, a ajuda de custo será paga para cada um dos motoristas e ajudante do veículo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Os motoristas, eventuais ajudantes ou qualquer empregado ausente, nos termos do “caput” desta cláusula, em viagem de serviço, cuja ausência for inferior ao período aqui previsto, mas ultrapassar, o horário do almoço ou jantar, receberão valor correspondente a **R\$ 47,50** (quarenta e sete reais e cinqüenta centavos) a título de ressarcimento de despesas de alimentação, sem necessidade de apresentação dos comprovantes respectivos.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Tendo em vista a natureza indenizatória e o caráter de reembolso, o auxílio alimentação previsto nesta cláusula não integra a remuneração para qualquer efeito legal, não caracterizando natureza salarial, como também não será devido nas hipóteses em que não haja prestação de serviço. Também não será base de cálculo para qualquer incidência de INSS, FGTS, e demais reflexos, podendo ser destacada na folha.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

A empresa obrigatoriamente terá que manter seguro de vida em grupo para seus empregados, arcando valor integral do custo deste. O prêmio como é conhecido, não poderá ser inferior aos valores praticados pelo seguro obrigatório, isto é, o DPVAT (Danos Pessoais Causados em Veículos Automotores de Vias Terrestres).

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA NONA - REGISTRO DE EMPREGADO**

Fica autorizada a anotação na CTPS do empregado motorista, podendo-se apontar “Motorista Truck”, “Motorista Bitrem”, “Motorista Carreta”, “Motorista Rodo trem”, etc.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ADMISSÃO**

Os empregados que vierem a ser admitidos após a celebração deste ACORDO estarão automaticamente enquadrados nas cláusulas contidas neste.

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - JUSTA CAUSA**

No caso de rescisão por Justa Causa, a empresa deverá indicar por escrito a falta grave cometida pelo empregado, e o texto legal violado, conforme determina a Lei. No caso de perda da CNH, por dolo ou culpa do empregado, poderá a empresa aplicar as penas do Artigo 482, m da CLT, mesmo antes trânsito em julgado do processo administrativo junto ao DETRAN.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÕES DE CONTRATO**

As rescisões de contratos de trabalho deverão ser pagas prazo de 10 dias do término do Contrato de trabalho, se cumprido o Aviso Prévio, se trabalhado, contar-se-á o prazo a partir da data de término do aviso.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Atribuições da Função/Desvio de Função**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DO MOTORISTA**

Caberá aos empregados cumprirem fielmente as normas internas da empresa, ficando sujeitos às penas legais em caso de descumprimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Ao motorista cabe a responsabilidade por toda e qualquer infração de Trânsito por ele cometida e imposta ao seu veículo, inclusive o pagamento da multa correspondente, bem como por danos causados ao patrimônio particular ou público. O motorista tem direito de se defender da Infração de Trânsito cometida, no prazo de 05 (cinco) dia, contados da comunicação verbal ou escrita recebida pela empresa acordante, caso contrário será realizada a identificação do condutor junto ao órgão autuador e consequentemente, o motorista arcará com o pagamento da multa aplicada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Responderá, ainda, o motorista, por qualquer dano ao veículo, acessórios e ferramentas, e pelo extravio das mercadorias sob sua guarda, se agir com culpa ou dolo, na vigência deles, ficando estipulado que o limite a ser descontado mensalmente do salário do motorista será de 40% (quarenta por cento) do salário recebido. Caso os prejuízos causados pelo motorista ultrapassem o percentual mencionado acima (40%), a empresa acordante efetuará o parcelamento do valor total dos prejuízos causados de modo que seja descontado mensalmente do motorista até a quitação integral do valor devido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Em caso de acidente com o caminhão ou quebra do veículo comprovado culpa ou dolo do Motorista, a empresa acordante poderá cobrar o ressarcimento dos prejuízos causados, na forma da lei, ficando estipulado que o limite a ser descontado mensalmente do salário do motorista será de 40% (quarenta por cento) do salário recebido. Caso os prejuízos causados pelo motorista ultrapassem o percentual mencionado acima (40%), a empresa acordante efetuará o parcelamento do valor total dos prejuízos causados de modo que seja descontado mensalmente do motorista até a quitação integral do valor devido.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Fica vedado, aos motoristas e eventuais ajudantes, fazerem-se acompanhar por terceiros em seus veículos, sem autorização expressa do empregador. A inobservância desta orientação caracteriza fato ensejador de demissão justificada, desde que devidamente comprovado.

**PARÁGRAFO QUINTO.** Os motoristas, na condução dos veículos, deverão respeitar a velocidade máxima permitida de 80km/hora ou a velocidade máxima permitida na via, a que for menor. A inobservância desta orientação caracteriza fato ensejador de demissão justificada.

**PARÁGRAFO SEXTO.** Fica convencionado que o motorista é responsável pelo veículo, acessórios e a carga. Deverá antes de sair do pátio da empresa acordante, conferir as condições básicas do veículo e dos produtos carregados de acordo com os treinamentos recebidos e, constatando qualquer irregularidade deverá comunicar o seu superior hierárquico e não sendo sanada a irregularidade, poderá se negar a sair antes da solução do problema.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** São deveres do motorista (Art. 235-B da Lei 13.103/2015):

I – cumprir os intervalos relativos ao tempo de direção e jornada de trabalho que é de: intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos após o período 05:30 (cinco horas e meia) de tempo ininterrupto de direção;

II – intervalo mínimo de 01 (uma) hora para refeição, podendo coincidir ou não com o intervalo de descanso mencionado anteriormente;

III – repouso diário do motorista, obrigatoriamente com o veículo estacionado, podendo ser feito em cabine leito do veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário.

IV – o controle do tempo de direção estipulado pela Lei 13.103/15;

V – estar atento às condições de segurança do veículo;

VI – conduzir o veículo com pericia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

VII – respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

VIII – zelar pela carga transportada e pelo veículo;

IX – colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

X – submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na do Código de Trânsito Brasileiro, e da Lei nº 14.071/2010.

XI – Poderá ser utilizado para o Programa de controle de drogas da empresa ou para Admissão/demissão, o exame obrigatório previsto no CTB do motorista, desde que realizado nos últimos 90 (noventa) dias, contados a partir da data da coleta da amostra, podendo ser utilizado neste período para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D, e E, decorrente da Lei nº 13.103/2015, conforme Resolução nº 843/2021. Desde que o contrato junto ao laboratório (Credenciado no DETRAN) tenha como condição o registro do resultado no eSocial e RENACH.

XII – A empresa poderá submeter o motorista ao teste de bafômetro, sem qualquer agendamento ou formalidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A recusa do empregado em submeter-se ao teste ou ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcóolica previstos acima, será considerada infração disciplinar, passiva de punições previstas em Lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caberá, ainda, ao motorista:

I – Abster-se de trafegar com o veículo e no horário compreendido entre às **21:00** às **05:00horas**, salvo autorização expressa da empresa;

II – Informar a empresa no período não inferior à 60 (sessenta) dias sobre o vencimento da sua respectiva CNH;

III – Fica vedada a afixação de adesivos, películas, acessórios ou qualquer alteração na configuração do veículo, sem expressa autorização da empresa;

IV – É proibido fumar, bem como ingerir bebida alcoólica ou entorpecentes de qualquer natureza nas dependências da empresa, no interior do caminhão, bem como nos clientes.

V – Fica vedado ao colaborador a circulação com os equipamentos da empresa:

**\*Fora do horário de trabalho, bem como fora das rotas estabelecidas pela empresa;**

**\*Utilizar veículo da empresa para serviços próprios ou particulares;**

**\*Seguir com o veículo para sua residência;**

**\*Solicitar ou aceitar comissões, subornos ou outros pagamentos de clientes;**

VI – O colaborador deverá apresentar as notas fiscais e/ou documentos comprobatório de eventuais despesas havidas em decorrência da atividade, como reparos no veículo, os quais, deverão ser autorizados expressamente pelo gestor de tráfego antes da realização destes.

VII – Ao motorista, em qualquer tempo, época ou período do ano, é totalmente vedado ao mesmo dar carona (carona é uma falta grave), ou fazer-se acompanhar de parentes ou familiares.

VIII – Os documentos de porte obrigatório do veículo e documentação pessoal são de responsabilidade do motorista. Portanto, ao iniciar seu trabalho verifique cuidadosamente se todos os documentos estão certos, caso haja uma multa por falta de algum documento, ou extravio do mesmo, a responsabilidade será do motorista.

#### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTABILIDADE À GESTANTE**

Será nula a dispensa da empregada gestante, a partir da concepção até 150 (Cento e cinquenta) dias após o retorno do benefício previdenciário, salvo se nos 60 dias após a rescisão do contrato de trabalho, a empregada não comunicar o estado gravídico à empresa, quando perderá o direito.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SERVIÇO MILITAR**

O empregado em idade de serviço militar terá estabilidade no emprego de até 90 (Noventa) dias após a desincorporação.

#### **Estabilidade Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA PRÉ-APOSENTADORIA**

O empregado que contar com mais de 8 (oito) anos ininterruptos de atividade na empresa e estiver em vias de se aposentar integralmente por tempo de serviço ou idade, terá seis meses de estabilidade para contagem final do benefício previdenciário.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** caberá ao empregado cientificar a empresa de seu estado pré-aposentadoria no ano de completar a condição.

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INSTALAÇÃO DE VÍDEO MONITORAMENTO NOS VEÍCULOS**

**CONSIDERANDO** a existência de tecnologias no mercado a fim de proceder com o monitoramento por vídeo do veículo de carga, inclusive da cabine interna do caminhão;

**CONSIDERANDO** que o vídeo monitoramento tem por objetivo zelar pela segurança do motorista, do patrimônio da empresa, bem como oferecer suporte ao motorista que habitualmente exerce sua atividade profissional na condução do veículo.

**CONSIDERANDO** que a referida tecnologia possibilitará identificar de forma remota ocorrências de distrações; fadiga; não utilização do cinto de segurança; uso de telefone celular; tabagismo; saída da faixa de rolamento; leitura de placas regulamentares de trânsito; alerta de distanciamento do veículo que segue à frente; identificação de responsabilidade em caso de sinistros. CONSIDERANDO que a utilização do vídeo monitoramento somente ocorre quando do funcionamento do veículo e exclusivamente durante o horário de trabalho do empregado; Acordam as partes que os caminhões integrantes da frota da empresa podem ser equipados, por câmeras internas e externas de vídeo monitoramento, as quais inclusive podem ser utilizadas como captação de ocorrências de distrações; fadiga; não utilização do cinto de segurança; uso de telefone celular; tabagismo; saída da faixa de rolamento; leitura de placas regulamentares de trânsito; alerta de distanciamento do veículo que segue à frente, referidos equipamentos tecnológicos, se instalados na cabine dos veículos são programados para desligarem automaticamente quando do desligamento da ignição do veículo. Parágrafo Primeiro – a instalação de equipamentos de vídeo monitoramento não podem ser objeto de alegação de invasão de privacidade pelos empregados, sendo considerados tão somente equipamentos ligados à segurança dos próprios motoristas e ajudantes, do patrimônio da empresa, da carga e do combustível do veículo. Parágrafo Segundo – é vedado aos colaboradores desligar, obstruir ou, por qualquer forma ou meio tentar burlar o funcionamento dos referidos equipamentos sem ordem expressa da empresa, sendo de sua responsabilidade o zelo pelos referidos

equipamentos, sob pena de constituir em falta grave a inobservância do quanto aqui estabelecido, além daquelas previstas no artigo 482 da CLT.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CUMPRIMENTO DA LGPD E DO DEVER DE SIGILO E GUARDA DE INFORMAÇÕES**

**CONSIDERANDO** a vigência da lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), a qual prevê a observância do sigilo e confidencialidade de dados pessoais das pessoas físicas;

**CONSIDERANDO** que no desempenho de suas atividades laborais o empregado pode ter acesso a dados pessoais de pessoas físicas;

**CONSIDERANDO** que a empresa possui normas internas e políticas de resguardo dos dados pessoais de pessoas físicas; As Partes, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem do objeto da presente, comprometem-se a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

**Parágrafo Primeiro:** Cada Parte acordante será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de atender futuras regulamentações emitidas pela autoridade reguladora competente.

**Parágrafo Segundo:** Cada uma das Partes deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD, sendo da Parte Controladora a responsabilidade pela obtenção e controle das autorizações e/ou consentimentos necessários junto aos titulares dos dados.

**Parágrafo Terceiro:** As partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto do presente acordo coletivo, ou ainda com fundamento em outra base legal válida e específica. Encerrado o prazo de vigência do presente acordo coletivo, as partes comprometem-se a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados na vigência dele, salvo se houver legítimo interesse ou motivo legal que justifique medida diversa.

**Parágrafo Quarto:** Cada uma das Partes deverá também adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

**Parágrafo Quinto:** As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, qualquer descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, assim como qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante à outra Parte, aos dados pessoais e/ou aos seus titulares, mencionando no mínimo o seguinte: i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; ii) as informações sobre os titulares envolvidos; iii) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; iv) os riscos relacionados ao incidente;

v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

**Parágrafo Sexto:** O empregado se compromete em utilizar seu login e senhas de acesso aos sistemas da empresa de forma pessoal e intransferível, devendo manter o dever de sigilo e guarda da senha, sob pena de ser responsabilizado pelo uso indevido dela;

**Parágrafo Sétimo:** A utilização indevida ou para outros fins que não seja exclusivamente para o desempenho das atividades laborais, de quaisquer instrumentos eletrônicos, telemáticos ou de tecnologia com acesso à internet disponibilizados pela empresa, ainda, o vazamento de informações da empresa, filmagens indevidas do interior de veículos e da operação da empresa, de clientes, dados de pessoas físicas ou terceiros, poderá constituir em falta grave a inobservância do quanto aqui estabelecido, além daquelas previstas no artigo 482 da CLT.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO - ATIVIDADE INTERNA**

A jornada de trabalho dos empregados que laboram em suas atividades internas na empresa, será 44(quarenta e quatro horas) semanais, de segunda-feira a sexta-feira das 07h45min às 12h e das 13h30 min às 18horas, com 01(uma\_ hora e 30 (trinta) minutos de intervalo para refeição e descanso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os funcionários compensarão as horas faltantes para 44 horas semanais, com o trabalho alternado nos sábados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** As horas extras realizadas no mês pelos empregados que exercem atividade interna na empresa serão pagas de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

##### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO JORNADA**

Fica estabelecido para os serviços internos, excetuando-se somente os motoristas, que o excesso de horas laboradas em um dia, poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, como também o não labor de um dia poderá ser compensado com o correspondente aumento em outros dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O excesso de horas de que trata o “caput”, se não compensadas no período de 180 (cento e oitenta) dias da realização, deverão ser pagas pelo valor hora do dia da quitação, sempre nos meses de janeiro e julho.

**NOTA EXPLICATIVA:** Para o fim de controle das horas a serem compensadas, far-se-á a apuração das horas laboradas no período de 30 dias (correspondente ao mês de trabalho). Depois de apuradas as horas, a empresa deverá realizar a compensação no prazo máximo de 6 meses.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o empregado jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão; com os acréscimos já estabelecidos. De igual modo, caso o empregado tenha horas a cumprir, decorrentes de compensação, os equivalentes valores serão descontados de suas verbas rescisórias, em caso de justa causa. Nos demais casos, serão abonados pela empresa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As compensações das horas extraordinárias se darão na proporção de 1 (uma) por 1 e, se realizadas aos domingos e feriados será de 1 (uma) por 2,0 (duas).

**PARÁGRAFO QUARTO:** O banco de Horas será compensado com o aviso ao empregado com 24(vinte e quatro) horas de antecedência da data marcada para início da compensação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O intervalo intrajornada é destinado à alimentação e descanso, cabendo a equipe de trabalho determinar em que momento a jornada diária será interrompida, a fim de que possam usufruir o intervalo destinado ao repouso e alimentação, ficando expressamente proibido em fazê-lo em tempo inferior ao aqui estabelecido sob qualquer hipótese. Assim, não tendo a empresa acordante como aferir e controlar a duração do intervalo diário de alimentação destes empregados (motoristas), por encontrarem-se, neste instante, longe da possibilidade de controle e fiscalização, pactua-se ser taxativamente obrigatória e de responsabilidade dos empregados, que trabalharem neste cargo, a fruição de intervalo mínimo de 01 (uma) hora e no máximo 2 (duas) horas de duração para descanso e alimentação.

#### Faltas

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado terá sua falta abonada para realização das provas escolares, desde que pré-avise a empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência sobre o horário das provas.

#### Outras disposições sobre jornada

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO - ATIVIDADE EXTERNA

O motorista é responsável, na condição de condutor, por controlar e anotar nos instrumentos fornecidos pela empresa, o tempo de condução e os intervalos para refeição e repouso durante as viagens, preenchendo os documentos de controle que lhe forem fornecidos pela empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Será admitida a compensação semanal da jornada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O motorista poderá realizar até 4 horas extras diárias, totalizando no máximo 12 horas por jornada, com exceção se estiver sem condições de paradas nas vias próximas, sendo que este deverá parar seu veículo assim que conseguir lugar próprio e seguro para esta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os domingos e feriados quando trabalhados poderão ser objeto de compensação.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

##### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES**

Aos empregados serão fornecidas duas camisas (uniforme), a cada seis meses, gratuitamente, ou quando este provar a necessidade de mais por algum motivo em especial. Os motoristas usarão uniformes quando em serviço e farão a devolução do mesmo à empresa, no estado de conservação que se encontrarem, quando da rescisão de contrato de trabalho, sob pena de arcar com o desconto na rescisão contratual.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A empresa poderá adotar nos uniformes de todos os seus funcionários o uso de logomarcas de empresas parceiras ou fornecedoras de produtos e/ou serviços, sem que isso venha a ensejar qualquer direito ao colaborador (art. 456-A da CLT). Desde já o empregado, salvo se opor por escrito, dá autorização plena do uso de sua imagem para a empresa.

##### **Periculosidade**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABASTECIMENTO DO VEÍCULO**

Fica estabelecido também que os motoristas que abastecerem o próprio caminhão nas dependências da empresa, não farão jus ao adicional de periculosidade pelo exíguo tempo de exposição e pela eventualidade que envolvem a hipótese aventada. **PARÁGRAFO ÚNICO:** As quantidades de combustíveis armazenadas nos tanques suplementares dos veículos (propulsor

e/ou semirreboque), desde que autorizados e homologados pelo INMETRO (Res. 181/05 – CONTRAN), não serão considerados para efeito de enquadramento como atividade perigosa.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PARA ABASTECIMENTO**

Acordam as partes que a tanto a condução de veículos nas vias públicas, quanto a condução de veículos para abastecimento em postos de combustível, não se caracterizam como atividades insalubres ou perigosas, respectivamente, por não exporem o colaborador a condições degradantes de sua saúde ou a qualquer risco além do ordinário. Parágrafo Único: - Nas ocasiões em que o abastecimento for realizado dentro das dependências do empregador, o condutor do veículo se compromete a estacionar no local indicado para o abastecimento, sair do veículo e permanecer fora da área de segurança delimitada enquanto durar o abastecimento.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS OU ODONTOLÓGICOS**

Os atestados de médicos e dentistas do INSS ou do Sindicato Profissional ou mesmo particular, serão plenamente aceitos pela empresa, desde que apresentados no prazo de 48 horas à empresa, não suprindo, contudo, a declaração de comparecimento.

### **Relações Sindicais**

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TAXA NEGOCIAL**

Fica instituída a taxa negocial, no valor **R\$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais) por mês, sem ônus para o empregado, que deverá ser pago pela empresa até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, durante a vigência deste acordo. A presente taxa, considerando a extinção da contribuição sindical obrigatória, tem por finalidade o compartilhamento dos custos decorrentes da presente negociação coletiva, da elaboração do acordo coletivo e do acompanhamento do desenrolar deste acordo durante sua vigência.

**Parágrafo Único.** A empresa se compromete a encaminhar mensalmente ao SITRAROIT relação mensal dos funcionários, contendo a data de admissão e função, bem como a indicação dos trabalhadores contribuintes com a taxa assistencial.

## **Disposições Gerais**

### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABRANGÊNCIA DIFERENCIADA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrange a categoria **Profissional dos condutores de veículos automotores de transporte de cargas, administrativos e operacionais**, com abrangência territorial em todas as cidades de abrangência do sindicato signatário.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Fica mantida a Data-Base da categoria em 1º de maio de cada ano, iniciando-se sua aplicação em 01º de MAIO do ano de 2025. As partes concordam que as condições e obrigações aqui acordadas serão aplicadas somente para os empregados da empresa acordante.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - BASE DE CÁLCULO DA COTA DE JOVEM APRENDIZ**

As partes convencionam que são incompatíveis com a aprendizagem da seguinte função:

- a) Motorista Profissional.

**Parágrafo Único** - Dada a incompatibilidade de tal função com a aprendizagem, todos os empregados das empresas de transporte de carga e logística que estejam no exercício de tais atividades estão excluídos da base de cálculo para apuração do número de aprendizes que devam ser contratados.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - VALIDADE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**

A empresa signatária compromete-se a cumprir as cláusulas previstas na CCT em vigor, firmada entre o SITRAROIT e o SEVEÍCULOS.

**Parágrafo Único:** Têm prevalência sobre a lei, os direitos tratados neste Acordo Coletivo de Trabalho que estão relacionados no art. 611-A, da CLT.

## **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA**

Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) do piso do motorista pelo descumprimento de qualquer cláusula deste contrato em favor do empregado prejudicado.

}

JOAO JOSE DE BORBA  
Presidente

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE  
LOGISTICA E DE TRANSPORTES DE CARGA E PASSAGEIROS DE ITAJAI E REGIAO

CICERO HUMBERTO FERRARI  
Diretor  
DALFERR LOGISTICA LTDA

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.